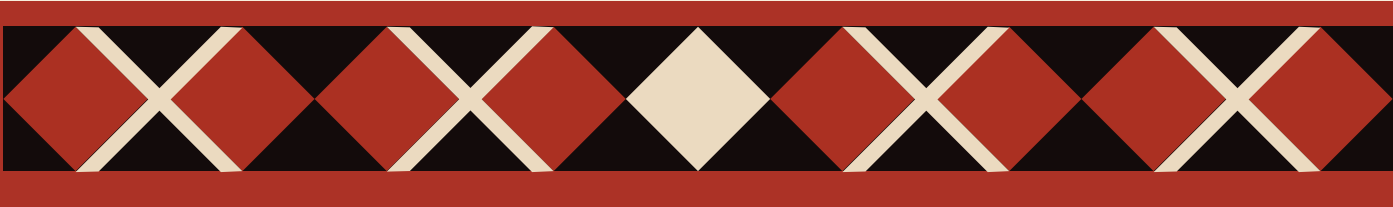


Boletim Informativo - VOLUME 1

**POVOS
E TERRITÓRIOS
INDÍGENAS
DO CERRADO**

Novembro/2025



O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), fundado em 1979, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidade contribuir para a autodeterminação dos povos indígenas e a defesa de seus direitos, colaborando para que os mesmos exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural. O CTI atua em Terras Indígenas situadas nos Biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa.

Para saber mais consulte: <https://trabalhoindigenista.org.br>

CONSELHO ESTRATÉGICO

Andréia Bavaresco (presidência), Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, Juliana Noleto e Eliza Castilla

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Jaime Siqueira e Juliana Noleto

COORDENAÇÃO GERAL

Eliza Castilla, Helena Ladeira, Jaime Siqueira, Juliana Noleto, Marcelo Hotimsky, Priscila Chianca e Renato Bock

A Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC, criada em 2004, é um movimento que tem como missão articular politicamente os povos indígenas do Cerrado para garantir o cumprimento de seus direitos e a proteção dos seus territórios.

COORDENAÇÃO-GERAL DA MOPIC

Hiparidi Top Tiro

COMITÊ DE MULHERES INDÍGENAS DA MOPIC

Bernadina Renhere, Daniele Lourenço Gonçalves, Diolina Jõ Hyh Krikati, Edileia Santiago Oliveira, Eliane Rodrigues de Lima, Inair Gomes Lopes, Iranildes Rodrigues Mandicai, Laurentinha Medina, Letícia Jôkâhkwyj Krahô, Lewaki Suya, Maria Diva Ferreira de Brito, Maria José Almeida Ribeiro Apinagé, Maria José Pahxity Alves Kanela, Priscila Ferreira de Souza.

Boletim Informativo: Povos e Territórios Indígenas do Cerrado

REALIZAÇÃO

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC

APOIO À PUBLICAÇÃO

Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos - CEPF

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO/Programa Copaíbas

Instituto Clima e Sociedade - ICS

ORGANIZAÇÃO

Mariana Guimarães, Juliana Noleto, Pollyana Mendonça e Mauro Siqueira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

MUTÁ Comunicação Ambiental

GEOPROCESSAMENTO

Marizete Cerqueira

CONSULTORES

Gilberto Azanha, Sarah Frota, Mariana Pontes Campos, Maria Eduarda Lindoso Silva Porto, Pablo de Lima Galeão

Sumário

05	APRESENTAÇÃO
06	MOBILIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO
08	PANORAMA DAS TERRAS INDÍGENAS NO CERRADO E SUAS BORDAS
10	CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL
12	POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA
14	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ESTUDOS DE CASO
18	INCENTIVOS AO SETOR AGROPECUÁRIO
20	PRINCIPAIS PRESSÕES, AMEAÇAS, DESAFIOS
22	ESTUDOS DE CASO DE DESMATAMENTO
26	TENDÊNCIAS FUTURAS E A RESPOSTA INDÍGENA
30	REFERÊNCIAS



Apresentação

Esta publicação apresenta um boletim informativo com os principais resultados já alcançados pelo Diagnóstico dos Povos e Territórios Indígenas do Cerrado, reunindo informações atualizadas sobre o andamento do processo de elaboração e suas contribuições para a defesa dos povos indígenas que vivem nesse bioma e suas bordas. O Diagnóstico nasceu da articulação entre a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Em parceria com o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), foi realizado em 2008 um estudo pioneiro que reuniu informações socioambientais e fundiárias sobre os territórios indígenas no Cerrado.

Com intuito de atualizar e ampliar esse estudo, o CTI e a MOPIC, por meio do apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF), e do FUNBIO, com o Programa Copaíbas, vem realizando uma série de ações para reunir informações atualizadas e sistematizadas sobre a realidade dos povos indígenas que vivem no Cerrado, pautadas não apenas por dados técnicos, mas, sobretudo, a partir das demandas e observações das lideranças e organizações indígenas que se articulam na MOPIC. Em especial com o olhar atento do Comitê de Articulação das Mulheres Indígenas do Cerrado, uma articulação promovida por mulheres indígenas da MOPIC no Encontro e Feira dos Povos do Cerrado em 2023.

A pesquisa contempla a caracterização histórica, cultural, ambiental, social, econômica e fundiária dos territórios indígenas, mas também enfatiza

as pressões externas que incidem sobre elas, como a expansão do agronegócio, o desmatamento, a mineração, o uso intensivo de agrotóxicos e os efeitos das mudanças climáticas. Mapas e análises específicas sobre desmatamento no entorno dos territórios indígenas revelam o preocupante avanço do agronegócio e a importância dos territórios indígenas como salvaguardas do Cerrado e seus recursos naturais. O estudo também aprofunda a avaliação das políticas públicas voltadas para os recursos hídricos neste bioma e a importância da participação indígena nas instâncias de controle social. Essas informações fundamentam estratégias de incidência política e de defesa dos direitos territoriais, além de fornecer subsídios para o planejamento de políticas públicas e ações de conservação.

O Diagnóstico dos Povos e Territórios Indígenas do Cerrado reafirma o papel central dos povos indígenas como guardiões do Cerrado e destaca suas contribuições para a conservação e a sustentabilidade do bioma. Assim, apresentamos nesse Informativo, de forma resumida, os principais elementos reunidos até aqui, reforçando que o trabalho de levantamento de dados está em curso. A ideia é finalizar esse estudo em uma plataforma virtual da MOPIC, onde serão disponibilizadas informações detalhadas sobre os povos e territórios do Cerrado. Esperamos que essa seja uma ferramenta estratégica de fortalecimento da MOPIC e de suas organizações de base, ampliando a construção de alianças para o bem viver dos povos indígenas e a proteção do Cerrado.

179

**TERRAS INDÍGENAS
REPRESENTADAS**

111 dentro do bioma / 68 com a presença de vegetação

62 povos / 10 estados / 20.704.713 ha (área territorial) /
218.845 (população)

13 em estudo / 11 declaradas / 9 delimitadas / 6 homologadas / 121
regularizadas / 19 regularizadas, com processo de revisão dos limites

Esses números refletem uma análise inicial dos dados levantados, e deve ser alterado durante o processo de construção do Diagnóstico dos Povos e Territórios Indígenas do Cerrado.

The background image shows a vast Cerrado landscape under a clear sky. In the foreground, there is a dirt road that winds through the dry, grassy terrain. To the left, a small settlement with several simple, low-rise buildings is visible. The middle ground is filled with dense, low-lying vegetation characteristic of the Cerrado biome. In the distance, rolling hills or mountains are visible on the horizon.

MOPIC: Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado

A Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC foi criada em 2004 com a finalidade de promover uma articulação política para garantia dos direitos dos povos indígenas do Cerrado e defesa do seus territórios, além de incidir nas políticas públicas para a conservação desse bioma e apoiar ações de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Cerrado.

Pelo seu caráter de mobilização, atua de forma descentralizada, por meio de ações locais e regionais, promovendo intervenções, encontros, debates e seminários para discutir as perspectivas dos diferentes povos indígenas sobre as políticas públicas, as ameaças e as oportunidades presentes nos territórios localizados no Cerrado, fortalecendo a articulação entre os povos e suas organizações.



Outra forma importante de atuação da MOPIC é a participação em foros e grupos de trabalho governamentais e não-governamentais com o objetivo de pautar as questões prementes que afetam o Cerrado e os povos indígenas que nele vivem, além de fomentar financiamentos específicos para apoiar a gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Cerrado.

A MOPIC é membro da REDE CERRADO. Fundada em 1992 e composta aproximadamente por 70 entidades da sociedade civil associadas, a Rede Cerrado trabalha para a promoção da sustentabilidade, em defesa da conservação do Cerrado e dos seus povos. Atualmente a MOPIC ocupa a função de Coordenação da REDE CERRADO, com mandato até 2027.

Panorama das Terras Indígenas no Cerrado e suas bordas

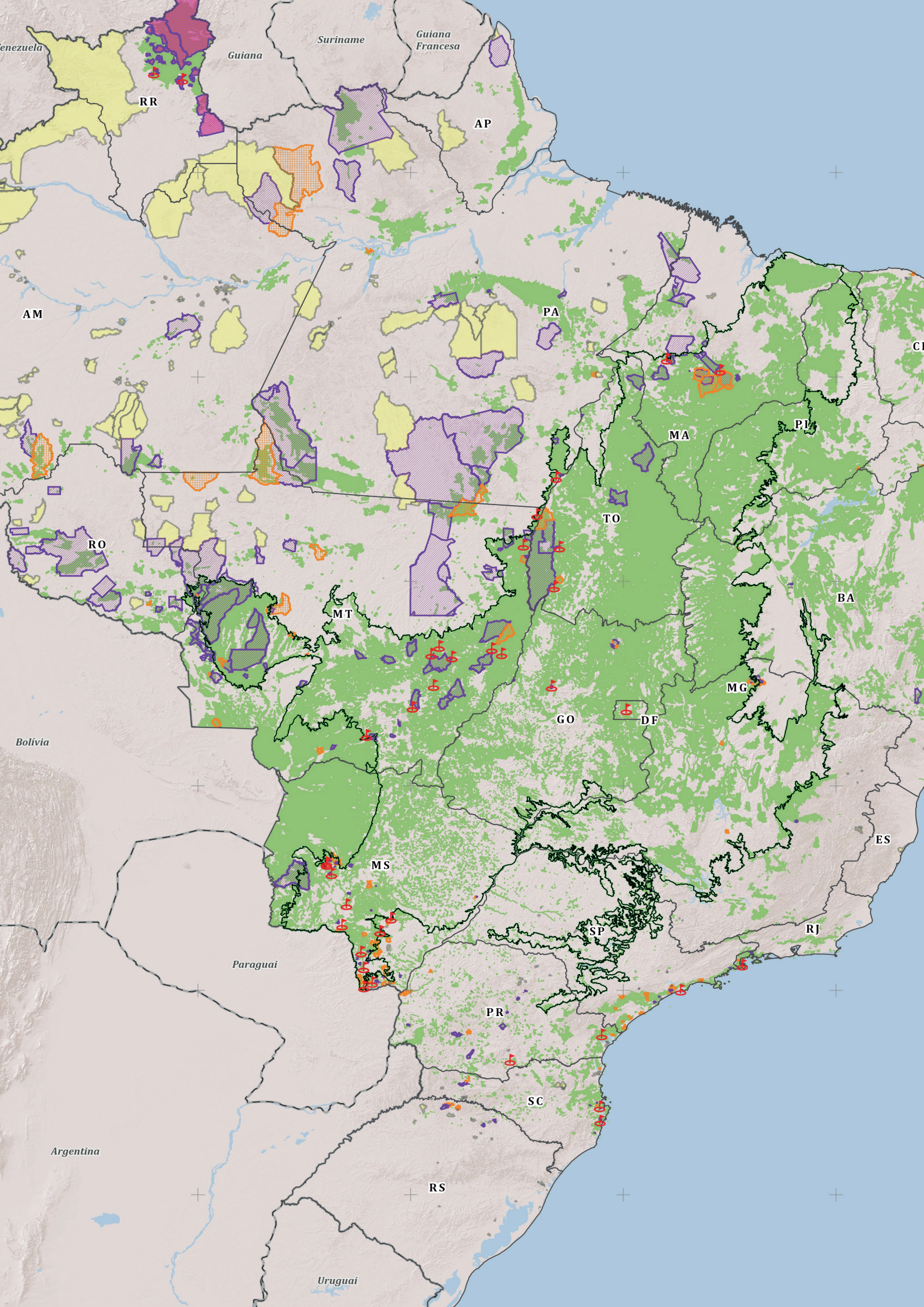
Neste boletim informativo, apresentamos um levantamento voltado para o Cerrado e suas bordas, entendido aqui como o conjunto formado por Terras Indígenas situadas no bioma Cerrado, em áreas de transição entre biomas como a Caatinga, o Pantanal, a Amazônia e a Mata Atlântica. É importante destacar que o conceito de bordas aqui adotado não se limita a uma definição estritamente ecológica: ele envolve igualmente dimensões históricas, arqueológicas, etnográficas e políticas, refletindo as múltiplas formas de relação e vivência dos povos indígenas com o Cerrado e as lutas que travam pela permanência e pela defesa desses territórios. Ainda que os povos indígenas considerados tenham uma trajetória e uma vivência com o Cerrado em suas múltiplas dimensões, estamos incluindo também, para fins de levantamento, outras regiões com manchas de Cerrado. O objetivo é oferecer uma base de informações que permita à MOPIC tomar decisões políticas sobre sua área de atuação e estratégias de defesa dos territórios e direitos dos povos indígenas do cerrado.

O ponto central a destacar é que a maioria dos povos indígenas aqui considerados têm uma trajetória, uma persistência e uma vivência do(s) Cerrado(s) que se expressa em diferentes dimensões. Em maior ou menor grau, essas experiências são compartilhadas e conformam uma cosmopolítica comum, isto é, modos diversos de criar mundos possíveis nos encontros entre povos e nas alianças que se estabelecem. Povos que, em tempos distintos, se encontraram, se afastaram e voltaram a

se encontrar, trazendo à tona seus cerrados, suas condições de permanência e suas lutas para resistir à destruição desses territórios.

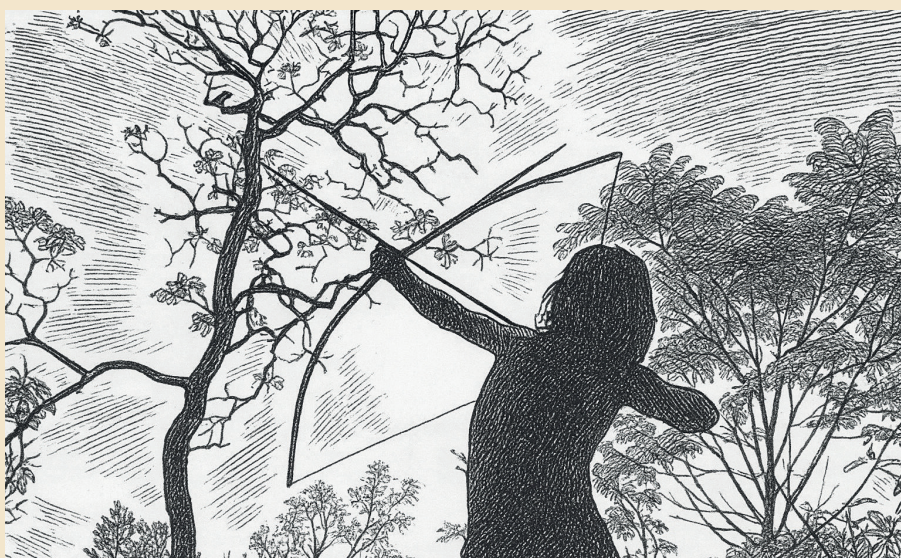
Os dados aqui apresentados têm origem em fontes públicas oficiais, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de um trabalho em andamento, que requer leitura cuidadosa diante da complexidade fundiária desses territórios e da diversidade de situações jurídicas e administrativas que os caracterizam.

A situação fundiária das Terras Indígenas no Cerrado é marcada por um contexto dinâmico e desafiador. O bioma, que corresponde a cerca de 24% do território brasileiro e se estende por onze estados e o Distrito Federal, concentra um mosaico de paisagens — savanas, cerradões, campos limpos, matas de galeria e veredas — que, historicamente, têm sido manejadas por uma diversidade de povos indígenas. Estes povos desenvolveram formas próprias de ocupação e manejo, baseadas em conhecimentos tradicionais transmitidos ao longo de gerações, envolvendo práticas agrícolas, rituais, cartografias orais e manejo de recursos naturais. Apesar dessa presença histórica, muitas Terras Indígenas permanecem sem regularização por parte do estado brasileiro ou em situação de pressão por políticas de expansão agrícola e outras formas de exploração econômica do território.



Contexto Histórico e Cultural

O Cerrado sempre foi um território cheio de vida, habitado e cuidado pelos povos indígenas. Ao longo do tempo, eles formaram aldeias, desenvolveram sistemas de cultivo e circulação e criaram conhecimentos que unem natureza, cultura e espiritualidade. Isso mostra que o Cerrado nunca foi um “vazio”, mas sim uma região de abundância e diversidade, onde povos como os Xavante, Krahô, Kayapó, Apinajé, entre tantos outros, mantêm até hoje uma relação profunda com os rios, as florestas e as paisagens que sustentam sua vida e sua identidade. Mesmo diante das ameaças da agropecuária, da mineração, dos projetos de infraestrutura e de políticas que priorizam grandes produtores, esses povos seguem resistindo e fortalecendo suas organizações e mobilizações, como a MOPIC, que dão visibilidade às suas lutas e propostas. Os povos indígenas não são apenas guardiões do passado, mas protagonistas do presente e do futuro do Cerrado. Seus modos de viver, produzir e cuidar da terra apontam caminhos reais para preservar a biodiversidade e garantir um futuro mais justo e sustentável para toda a sociedade.



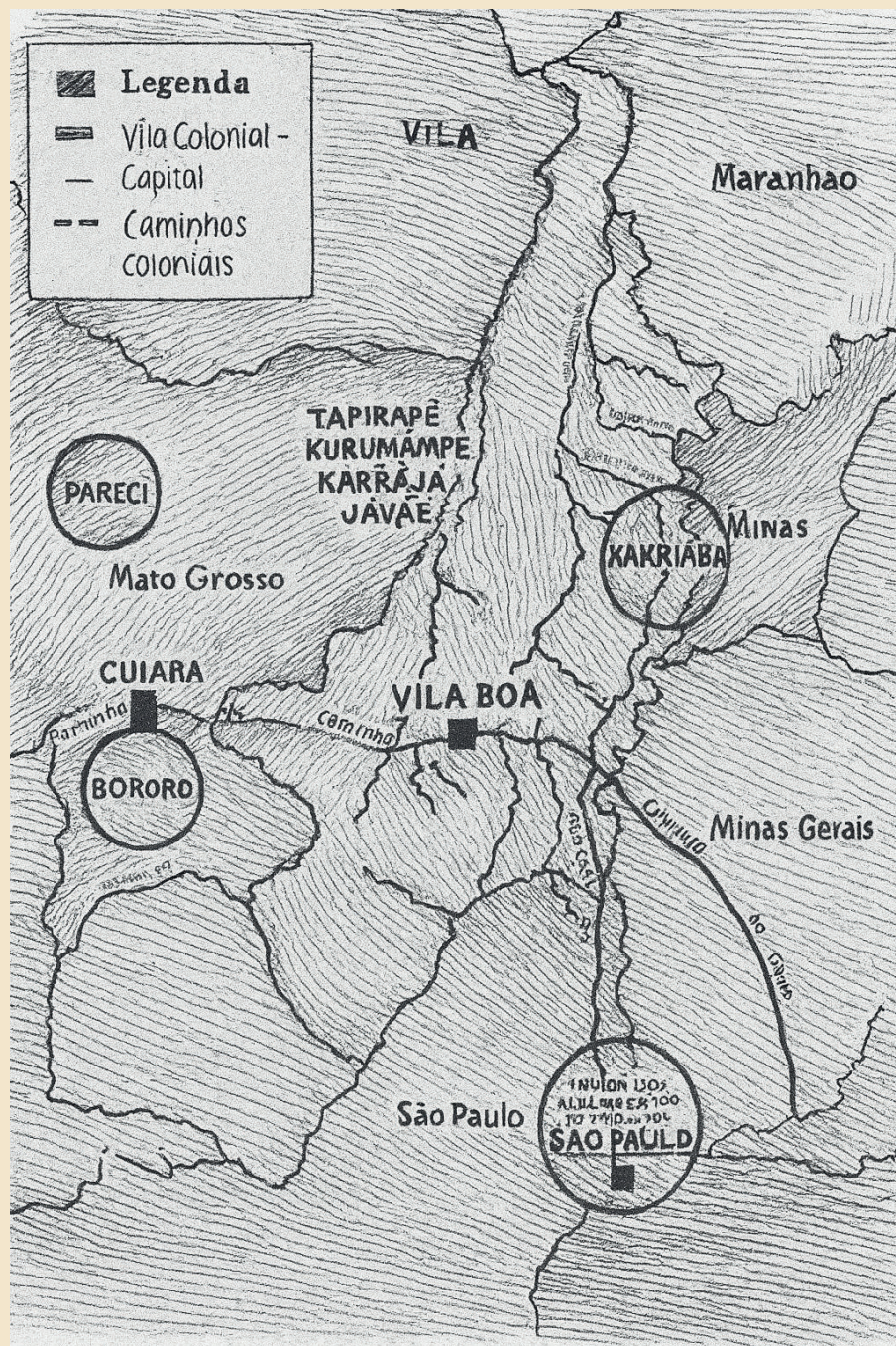
O Cerrado é uma paisagem viva habitada há milênios. Os povos que viveram e transitaram nesse território desde 10 mil anos antes do presente moldaram esse espaço, transmitindo conhecimentos e práticas que o mantêm fértil e diverso: um território. A ideia de “paisagem viva” expressa que o território é não apenas solo e vegetação e sim um lugar significativo, continuamente (re)construído pelas relações culturais e espirituais entre humanos, não-humanos e extra-humanos. Imagem: Acervo CTI



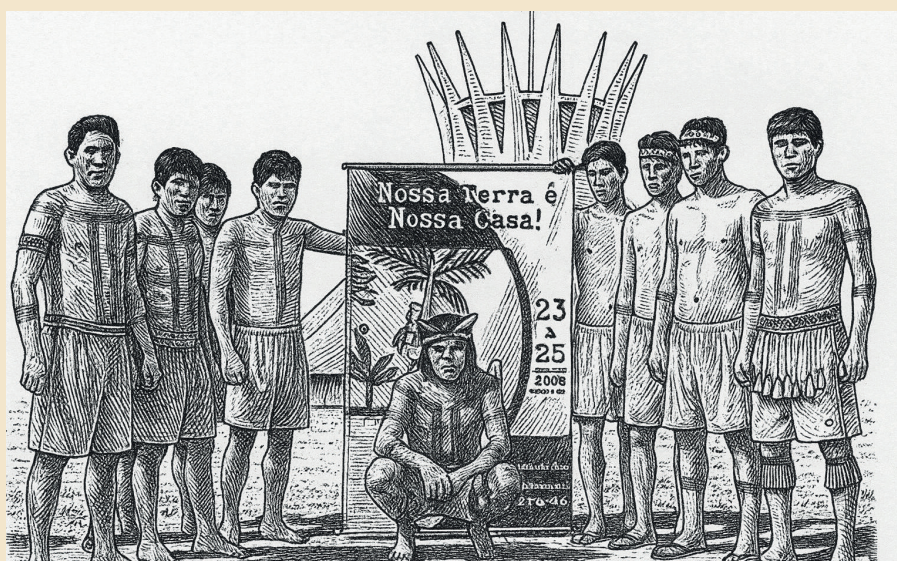
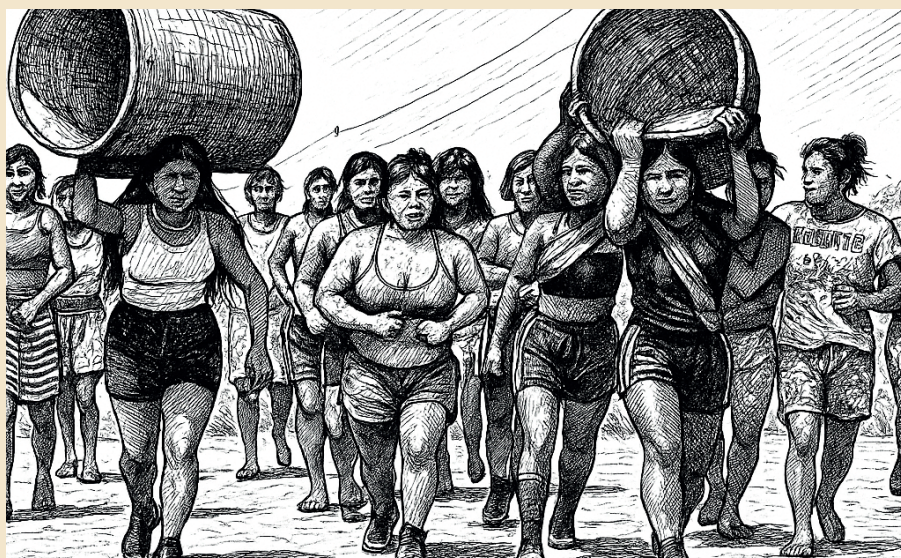
A ocupação humana no Cerrado remonta a cerca de dez mil anos, com registros da Tradição Itaparica em trabalhos fabricação de utensílios de pedra. Ferramentas líticas e outros artefatos revelam técnicas sofisticadas e mobilidade por grandes áreas. Sítios arqueológicos como a Serra da Capivara, Santa Elina e Pedra Pintada mostram conexões antigas entre o Cerrado e outras regiões. Imagem: Moreno de Sousa, J. C. 2016. Lithic technology of an Itaparica industry archaeological site: the Gruta das Araras rockshelter, Midwest Brazil. *Journal of Lithic Studies*. 3 (1). 20p.



Com o tempo, entre os séculos IX e X da nossa era, surgiram aldeias circulares com casas dispostas em anel e uma praça central. A produção cerâmica e a agricultura do milho se consolidaram, evidenciando um aumento complexidade social e dos padrões econômicos. As roças eram integradas ao manejo de frutos e espécies nativas do cerrado, conectando produção e calendário sazonal. Imagem: Paulo Goes/Acervo CTI



A chegada dos colonizadores europeus no Brasil Central no início do século 17 provocou profundas transformações entre os povos indígenas que o ocupavam. Os povos de línguas Macro-Jê na época dessa invasão formavam populações com mais de mil, duas mil pessoas, mas que não tinham resistência para os bacilos que os invasores trouxeram, sendo a maioria dizimados por doenças como resfriados, gripes e o sarampo. Mas muitas delas resistiram e mantêm até hoje práticas, territórios e suas identidades étnicas. Imagem: MORI, Robert. Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX. 2015



Ao longo de milhares de anos, os povos indígenas moldaram as paisagens do Cerrado e continuam a fazê-lo, equilibrando tradição e inovação. A presença indígena é dinâmica, adaptando-se às mudanças e reafirmando o Cerrado como território vivo e diverso. Imagens: Acervo CTI

Políticas Públicas e Participação Indígena

Os povos indígenas do Cerrado organizam a gestão de seus territórios de diferentes formas, que envolvem tanto seus modos próprios relacionados à sua organização sociocultural e suas instâncias comunitárias internas, quanto por meio de ações realizadas por suas associações representativas de diversos níveis (local, regional e nacional). Todas essas formas de organização são essenciais para proteger os territórios, cuidar dos recursos naturais e fortalecer a cultura. Sejam as realizadas autonomamente ou em parcerias com a sociedade civil e o poder público. Ainda assim, mesmo em diálogo com poder público, que detém obrigações legais de proteção dos territórios, os povos do Cerrado enfrentam dificuldades para que suas demandas de gestão sejam atendidas e seus direitos sejam assegurados.

Nesse cenário, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e os protocolos comunitários e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial ganham destaque, pois ajudam a orientar o uso sustentável dos recursos e a preservação do Cerrado. Esses instrumentos representam avanços importantes, mas sofrem com a falta de recursos permanentes e com a descontinuidade de programas do governo.

Para compreender melhor esses desafios e apoiar novas estratégias de ação, o diagnóstico analisou dois pontos que afetam diretamente os territórios indígenas no Cerrado: as políticas públicas de água e os incentivos ao agronegócio. Neste boletim, apresentamos os principais resultados encontrados.

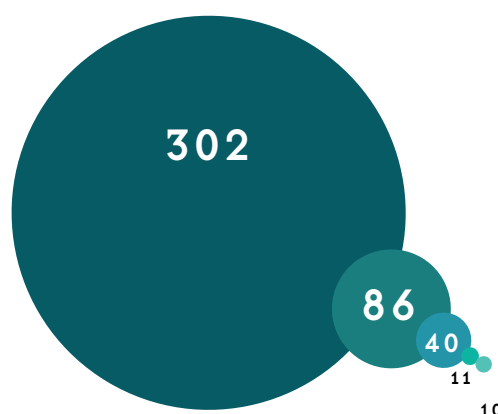
Recursos Hídricos

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e tem um papel fundamental no abastecimento de água do Brasil. É conhecido como a “caixa d’água” do país porque garante a recarga de oito das doze grandes bacias hidrográficas brasileiras, que alimentam rios, aquíferos e reservatórios em várias regiões. Mesmo com toda essa importância, o Cerrado enfrenta grandes desafios para cuidar das suas águas, principalmente por causa do

avanço do agronegócio e da mineração, que afetam diretamente os territórios indígenas e de comunidades tradicionais.

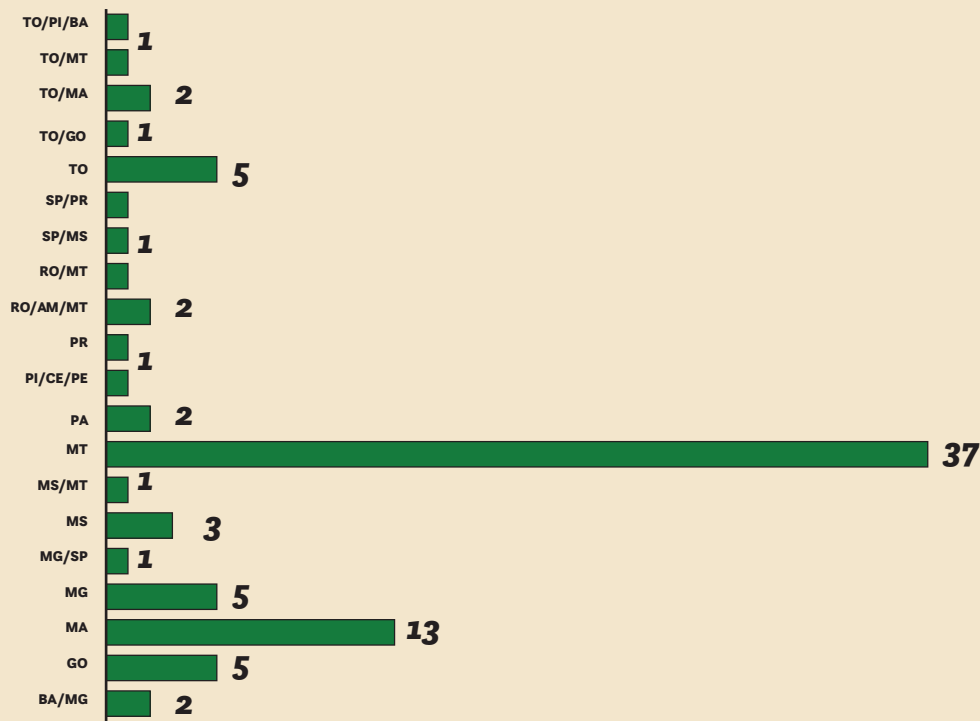
O Cerrado também abriga três grandes aquíferos do Brasil — Bambuí, Guarani e Urucuaia — que armazenam e distribuem água para várias regiões. Além disso, ajuda a manter o equilíbrio hídrico de outros biomas, como a Amazônia, o Pantanal, a Caatinga e a Mata Atlântica. No total, foram identificadas 302 bacias hidrográficas no bioma, sendo que 86 delas têm parte dentro de terras indígenas. Porém, nem todas contam com espaços de decisão: apenas 40 têm comitês estaduais de bacia, e só em 11 desses há representantes indígenas. Esses dados estão apresentados no mapa que acompanha este boletim.

De forma geral, 55% das bacias do Cerrado já contam com Comitês de Bacia Hidrográfica instalados. Mesmo assim, a participação indígena nesses espaços, tanto em comitês estaduais quanto interestaduais, ainda é muito pequena. Essa falta de representatividade faz com que os saberes indígenas não sejam valorizados como deveriam e enfraquece a gestão coletiva da água. Assim, os interesses do agronegócio e da indústria acabam pesando mais nas decisões sobre o uso da água.



O Cerrado tem 302 bacias. 86 possuem sobreposição com terras indígenas. Dessas, 40 possuem CBHs estaduais. Dessas 40, 11 comitês possuem representação indígena, ou seja 29 não possuem. Das 86, 11 possuem CBHs interestaduais. Desses 11, 10 comitês possuem representação indígena.

Sobreposição de bacias hidrográficas com territórios indígenas por estado



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2021).

PONTOS CRÍTICOS DE GOVERNANÇA

- Cobertura e funcionamento dos CBHs ainda heterogêneos no Cerrado; parte das bacias sem comitês instalados e déficit de transparência sobre funcionamento em alguns casos.
- Sub-representação indígena nos CBHs e desequilíbrio na composição (peso de agronegócio/ indústria), comprometendo a incorporação de saberes tradicionais e a mediação de conflitos.
- Lacunas de informação (GO/PI) e necessidade de padronização/acesso a dados sobre status e instrumentos de gestão.

O QUE OS DOCUMENTOS RECOMENDAM

- Garantir participação efetiva de povos indígenas e comunidades tradicionais nas decisões sobre as águas.
- Criar um banco público de dados de outorgas (superficiais e subterrâneos) e fortalecer fiscalização, transparência e acesso à informação.
- Aplicar o art. 15 da Política Nacional de Recursos Hídricos (suspensão de outorgas quando necessário para prevenir/reverter degradação ou atender usos prioritários).

Estudos de caso sobre a gestão dos recursos hídricos

Apresentamos quatro estudos de caso que abordam a relação dos povos indígenas do Cerrado com rios fundamentais para seus modos de vida e territórios: Apa (MS), das Mortes (MT), Miranda (MS) e Peruaçu (MG). Os estudos mostram a importância cultural, espiritual e socioeconômica da água, os desafios e conflitos ambientais que incidem sobre os territórios e as estratégias de resistência e gestão comunitária desenvolvidas pelos povos Guarani Kaiowá, Xavante, Terena e Xakriabá.

A metodologia integrou revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com lideranças indígenas. O levantamento destaca ameaças como desmatamento, poluição, agrotóxicos, hidrelétricas, mineração e turismo desordenado, além das iniciativas de conservação e incidência política mobilizadas em defesa da água e dos territórios.

Estudo de Caso 1 – Rio Apa (Mato Grosso do Sul)

O estudo do rio Apa analisa a relação do povo Guarani Kaiowá da Terra Indígena Pirakuá com esse curso d'água, localizado na fronteira Brasil–Paraguai. O rio, fundamental para a subsistência, espiritualidade e cultura da comunidade, sofre intensas pressões externas. Entre as principais vulnerabilidades identificadas estão o desmatamento, os incêndios criminosos, a contaminação por agrotóxicos e a redução drástica da vazão. Esses fatores comprometem tanto a saúde e a segurança alimentar quanto os saberes tradicionais relacionados ao uso das águas e das plantas medicinais. Em resposta, a comunidade mobiliza práticas de conservação — como recuperação de nascentes e reflorestamento — e reivindica apoio institucional para fortalecer sua autonomia e proteger o território.

Instrumentos de gestão de recursos hídricos

- Acordo de Cooperação Brasil–Paraguai para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Apa (2006).
- Comissão Mista Brasileiro–Paraguai para gestão integrada da bacia.
- Inserção da bacia como Unidade de Planejamento e Gerenciamento (UPG) no Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul.

Principais vulnerabilidades

- Redução drástica da vazão e secamento de nascentes.
- Desmatamento e incêndios criminosos.
- Contaminação por agrotóxicos, afetando saúde e biodiversidade.
- Perda de plantas medicinais e erosão cultural associada.

Estratégias e Recomendações

- Educação ambiental intergeracional.
- Reflorestamento e recuperação de nascentes.
- Monitoramento participativo da qualidade da água.
- Formação de brigadas indígenas para prevenção e combate a incêndios.

Estudo de Caso 2 – Rio das Mortes (Mato Grosso)

Na bacia do rio das Mortes, o estudo destaca a vivência do povo Xavante e a sobreposição de pressões exercidas pelo agronegócio, hidrelétricas e mineração. A agricultura irrigada, baseada em pivôs centrais, gera escassez hídrica e contaminação por agrotóxicos, afetando a pesca e a segurança alimentar. Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ameaçam alterar profundamente o regime hidrológico, muitas vezes sem consulta adequada às comunidades, em desacordo com a legislação. Além disso, processos minerários — sobretudo de ouro — ampliam os riscos ambientais e sociais. Apesar da existência de comitês de bacia, a participação indígena ainda é limitada, o que reforça a vulnerabilidade política das comunidades diante das decisões sobre os usos da água.

Instrumentos de gestão de recursos hídricos

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Rio das Mortes (CBH COVAPÉ), criado em 2003.
- Processo de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Rio das Mortes (em andamento em 2025).
- Mobilização popular e assembleias envolvendo povos indígenas, ribeirinhos, agricultores e sociedade civil.

Principais vulnerabilidades

- Irrigação intensiva com pivôs centrais, reduzindo vazão dos rios.
- Contaminação por agrotóxicos, causando mortandade de peixes e insegurança alimentar.
- Desmatamento ilegal e incêndios criminosos.
- Projetos de PCHs e UHEs sem consulta prévia adequada, alterando o regime hidrológico.

Estratégias e Recomendações

- Garantir consulta livre, prévia e informada nos licenciamentos.
- Fortalecer participação indígena e comunitária nos comitês de bacia.
- Ampliar fiscalização sobre agrotóxicos, mineração e desmatamento.
- Apoiar iniciativas de gestão participativa e monitoramento comunitário da água.

Estudo de Caso 3 – Rio Miranda (Mato Grosso do Sul)

O rio Miranda, que atravessa territórios Terena e de outros povos, é fonte essencial de água, alimento e vida comunitária, especialmente na Terra Indígena Lalima. O estudo evidencia ameaças múltiplas: esgoto urbano lançado diretamente no rio, uso intensivo de agrotóxicos pelo agronegócio, pressão turística sem infraestrutura adequada, incêndios florestais recorrentes e a ausência de políticas consistentes de fiscalização e apoio às comunidades. Embora exista um comitê de bacia formalmente estruturado, a participação indígena tem sido sistematicamente negligenciada, em descumprimento ao próprio regimento. Como estratégias, as lideranças reivindicam fortalecimento das brigadas indígenas, monitoramento comunitário da qualidade da água, recuperação de nascentes e maior acesso a recursos públicos para gestão ambiental.

Instrumentos de gestão de recursos hídricos

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda (CBH Miranda), instituído em 2005.
- Regimento interno prevê participação indígena e da sociedade civil (muitas vezes descumprido).

Principais vulnerabilidades

- Lançamento de esgoto urbano diretamente no rio.
- Contaminação por agrotóxicos do agronegócio.
- Turismo desordenado e acúmulo de lixo nas margens.
- Incêndios florestais recorrentes.
- Ausência de apoio governamental para coleta de resíduos e fiscalização.
- Exclusão de representantes indígenas na composição recente do comitê.

Estratégias e Recomendações

- Garantir representatividade indígena efetiva no CBH Miranda.
- Implantar sistema de monitoramento comunitário da qualidade da água.
- Fortalecer brigadas indígenas de combate ao fogo.
- Recuperar áreas degradadas e nascentes com plantio de espécies nativas.
- Assegurar repasse justo de recursos (ex. ICMS Ecológico) às comunidades.

Estudo de Caso 4 – Rio Peruaçu

(Minas Gerais)

O estudo do rio Peruaçu enfoca a realidade do povo Xakriabá, cujo território se insere na bacia do rio São Francisco. A região, marcada por longos períodos de estiagem e déficit hídrico, enfrenta pressões de atividades agropecuárias intensivas, desmatamento, incêndios e projetos minerários (ouro, manganês, fosfato). A escassez obriga muitas aldeias a depender de poços artesianos e caminhões-pipa, enquanto a água do rio apresenta redução da vazão e perda de qualidade. Apesar da atuação de comitês de bacia em nível estadual e interestadual, a representação indígena é incipiente. As lideranças apontam como prioridades a demarcação integral de seu território, a recuperação de áreas degradadas, a revitalização das nascentes e a promoção da educação ambiental, de modo a assegurar a continuidade da vida comunitária e dos saberes tradicionais.

Instrumentos de gestão de recursos hídricos

- CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco (nível estadual).
- CBH do Rio São Francisco (nível interestadual).
- Atuação da CODEVASF em irrigação e gestão hídrica regional.

Principais vulnerabilidades

- Escassez hídrica agravada por estiagens e déficit pluviométrico.
- Dependência de poços artesianos e caminhões-pipa.
- Redução da vazão e deterioração da qualidade do rio Peruaçu.
- Desmatamentos e incêndios, com desaparecimento de nascentes.
- Pressões de mineração (ouro, manganês, fosfato).
- Predomínio do agronegócio nos comitês de bacia, com baixa representatividade indígena.

Estratégias e Recomendações

- Ampliar a demarcação integral do território Xakriabá.
- Recuperar nascentes e áreas degradadas por meio de reflorestamento.
- Fortalecer educação ambiental e projetos sustentáveis com jovens e escolas.
- Apoiar iniciativas comunitárias de revitalização do rio e das nascentes.
- Garantir maior participação indígena nas instâncias de gestão hídrica.

Incentivos ao Setor Agropecuário

A agropecuária é uma das bases da economia brasileira e, desde a década de 1970, o Cerrado tem sido a principal área de expansão desse setor. Programas do governo ofereceram crédito, incentivos fiscais e infraestrutura para ampliar a produção em larga escala. Esse avanço, porém, trouxe consequências graves: desmatamento, destruição de nascentes, perda de biodiversidade e aumento dos conflitos por terra.

Os povos indígenas estão entre os mais afetados por esse modelo. Eles sofrem com a pressão sobre seus territórios, a contaminação por agrotóxicos, a escassez de água e a violação de seus direitos. As políticas públicas, ao priorizarem grandes monoculturas, aprofundam desigualdades antigas.

No decorrer do Diagnóstico dos Povos e Territórios Indígenas do Cerrado, analisamos os impactos desse modelo, com foco nas consequências para os povos indígenas. O objetivo é contribuir para o debate sobre formas de conciliar produção agrícola, conservação ambiental e justiça social. A seguir, destacamos os principais pontos do estudo.

Linha do tempo das políticas públicas

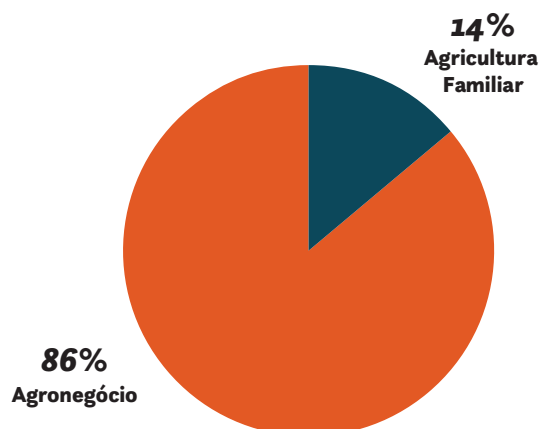
A história mostra que a expansão agrícola no Cerrado foi impulsionada por políticas públicas que favoreceram grandes empreendimentos voltados à exportação, oferecendo crédito, incentivos fiscais e obras de infraestrutura. Esse modelo concentrou recursos e terras, gerando conflitos, desmatamento e a ocupação de áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas.

Em muitas regiões, principalmente nos territórios não regularizados, os projetos agropecuários apoiados pelo Estado colocam em risco a segurança alimentar, o equilíbrio ambiental e a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Mesmo em terras já demarcadas, como as TIs dos povos Xavante, os impactos aparecem no uso intensivo de agrotóxicos, na escassez de água e na limitação do acesso a áreas de coleta, caça e rituais.

Entre 2003 e 2018, o Cerrado concentrou 40,5% dos conflitos fundiários do Brasil, em sua maioria em áreas próximas ou sobrepostas a Terras Indígenas. Esses conflitos não atingem apenas o território físico e o meio ambiente, mas também os saberes indígenas, as práticas produtivas e o bem viver dos povos.

O enfraquecimento de políticas de proteção e demarcação ao longo dos últimos anos fragiliza ainda mais esses povos, enquanto o Estado segue priorizando o agronegócio, em desrespeito à Constituição e a tratados internacionais. É urgente reconhecer o papel central dos povos indígenas na conservação do Cerrado. Seus modos de viver, produzir e cuidar da terra são alternativas concretas ao modelo dominante, que, inclusive traz impactos à Crise Climática.

Distribuição do crédito rural - Brasil (2022)



As evidências mostram que a expansão agropecuária provoca restrições de acesso à terra e à água, degradação ambiental e perda de práticas culturais. As políticas públicas precisam proteger a autonomia indígena, fortalecer seus modos de vida e garantir a integridade de seus territórios — em vez de tentar enquadrá-los em um sistema que historicamente os excluiu.

Em 2015, mais especificamente, o governo federal lançou oficialmente o plano de desenvolvimento para o MATOPIBA — região que abrange partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerada a nova fronteira agrícola do Cerrado. A iniciativa buscava atrair grandes investimentos, ampliar a produção de grãos e integrar a região ao mercado global, com forte participação do agronegócio. Na prática, o avanço do MATOPIBA intensificou o desmatamento, a grilagem de terras e os conflitos fundiários, afetando diretamente comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. Além disso, reforçou um modelo baseado em monoculturas de exportação, acentuando as desigualdades e a pressão sobre os territórios indígenas e tradicionais.

LINHA DO TEMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1970 a 1990 - Início da ocupação agropecuária planejada pelo governo

O governo criou programas como POLOCENTRO e PRODECER para ocupar o Cerrado com lavouras e pecuária. Ofereceu crédito, apoio técnico e infraestrutura. Esse processo transformou grandes áreas de vegetação nativa em fazendas, mas também trouxe degradação ambiental, perda de biodiversidade e conflitos com comunidades tradicionais e povos indígenas, muitas vezes expulsos de suas terras.

1990 a 2010 - Expansão do agronegócio e enfraquecimento da agricultura familiar

O agronegócio cresceu fortemente, impulsionado por incentivos e pela abertura ao mercado internacional, com foco na soja, milho e algodão. Enquanto isso, a agricultura familiar e os povos tradicionais perderam espaço, com menos terras disponíveis, migração para as cidades e envelhecimento da população do campo. Programas como o PRONAF buscaram equilibrar essa desigualdade, mas tiveram alcance limitado, e as diferenças sociais e fundiárias aumentaram.

2010 até hoje - Redução de políticas públicas e aumento das desigualdades

A partir de 2010, e mais intensamente após 2016, programas importantes para a agricultura familiar e povos tradicionais, como o PAA, o PNAE e até o Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram reduzidos ou desmontados. Isso dificultou a venda da produção local, reduziu o acesso ao crédito rural (que alcança apenas 15% dos agricultores familiares) e limitou o apoio a práticas sustentáveis. Ao mesmo tempo, o agronegócio continuou recebendo forte apoio do Estado.

Principais pressões, ameaças e desafios

Os territórios indígenas do Cerrado enfrentam um conjunto de pressões que impactam diretamente a integridade ambiental, a segurança alimentar e a continuidade das práticas culturais de seus povos. Entre as mais graves está a expansão agropecuária, que avança sobre o entorno e, em alguns casos, sobre os próprios limites das terras indígenas, reduzindo a cobertura vegetal nativa e comprometendo áreas de uso tradicional. As informações sistematizadas apontam para ameaças interligadas, cuja intensidade varia de acordo com a localização, a situação fundiária e a presença de atividades econômicas no entorno.

Mudanças no uso da terra devido atividade agropecuária

Os conflitos de terra no Cerrado estão diretamente ligados à expansão da agropecuária, ao uso intensivo de agrotóxicos e aos problemas envolvendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Muitos registros do CAR são sobrepostos de forma irregular a territórios indígenas e, em alguns casos, usados como justificativa para ocupações ilegais e desmatamentos em áreas tradicionais. Essa prática abre caminho para transformar áreas de vegetação nativa em pastagens e monocultivos, e acelerando o desmatamento no MATOPIBA. Com a ampliação da fronteira agrícola, aumenta também o uso de agrotóxicos. A pulverização próxima às aldeias contamina solos, rios e alimentos, afetando a saúde das comunidades e sua qualidade de vida. A combinação desses fatores gera fragmentação dos ecossistemas, perda de áreas de uso tradicional e comprometimento dos recursos hídricos, aprofundando a vulnerabilidade das comunidades indígenas.

Mineração

A mineração é hoje uma das atividades que mais cresce no Cerrado, principalmente em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Tocantins. Movida pela demanda internacional por ferro, níquel, alumínio e ouro, ela transforma profundamente os territórios, ameaça ecossistemas e afeta diretamente povos indígenas e comunidades tradicionais. Entre 2010 e 2022, quase metade (46%) dos pedidos de mineração feitos no Brasil estavam concentrados no Cerrado, cobrindo mais de 8 milhões de hectares (INESC, 2023).

Grande parte dessa produção é destinada à exportação, com pouco ou nenhum retorno para as populações locais. Em 2022, cerca de 40% do minério de ferro exportado pelo Brasil saiu do Cerrado, tendo como principais destinos a China, a Europa e o Sudeste Asiático (IBRAM, 2023). Isso mostra como a degradação dos territórios tradicionais está diretamente ligada à pressão do mercado internacional por matérias-primas, mantendo um modelo de exploração voltado para fora do país.

Outro elo importante dessa cadeia é a produção de carvão vegetal, usado nos polos siderúrgicos de Minas Gerais. Ele é responsável por aproximadamente 30% da produção de ferro-gusa — base para o aço exportado. Além de provocar desmatamento, essa cadeia produtiva está entre as que mais registram violações de direitos trabalhistas, incluindo casos de trabalho escravo contemporâneo.

Crise Climática

O Cerrado já apresenta sinais claros de alterações climáticas, com períodos secos mais longos e chuvas concentradas em curtos intervalos. Esses fenômenos impactam a disponibilidade de água, a produtividade agrícola e a ocorrência de queimadas. Para os povos indígenas, tais mudanças comprometem calendários agrícolas tradicionais, afetam espécies de interesse cultural e demandam adaptações em

práticas de manejo e proteção territorial. Comunidades têm relatado atrasos no período de chuvas, o que prejudica o plantio de variedades tradicionais, como milho e feijão.

Relatórios recentes da ONU apontam que biomas como o Cerrado brasileiro concentram os maiores riscos de colapso ecológico global, caso a produção de commodities continue a ser expandida de forma desregulada. A intensificação do desmatamento para soja e carne compromete metas climáticas e ecológicas internacionais (UNEP, 2022, p. 14).

A relação entre desmatamento e crise climática no Cerrado é direta. Projeções da Embrapa (2020, p. 27) indicam que, se a destruição da vegetação nativa continuar, haverá uma redução significativa na disponibilidade hídrica, maior irregularidade nas chuvas e prejuízos à própria produtividade agrícola. Esses efeitos atingem todas as pessoas, mas os povos indígenas, que dependem diretamente dos ciclos naturais e da integridade dos territórios, são os primeiros a sofrer.

PRESSÕES E AMEAÇAS NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO CERRADO

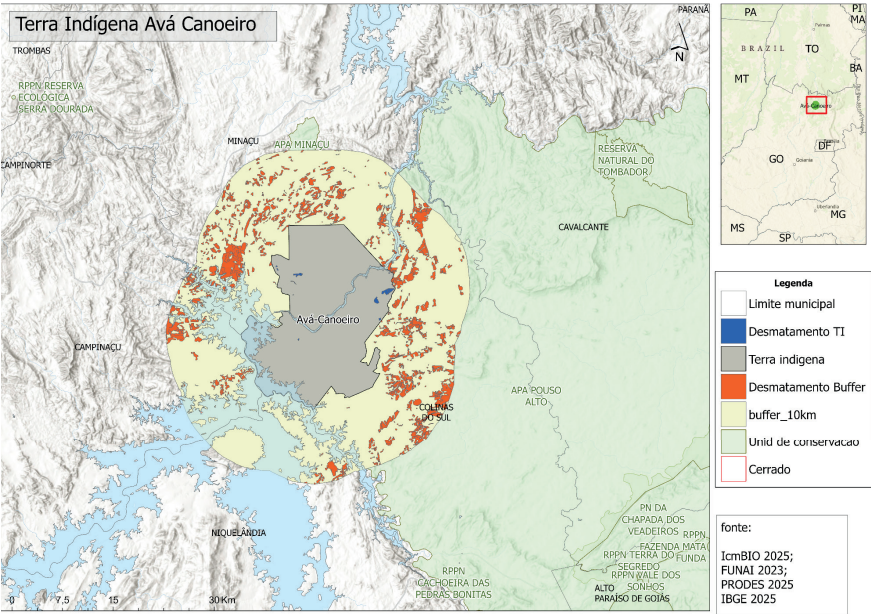
Ameaça	Descrição	Impactos observados
Expansão agropecuária	Avanço de lavouras e pastagens sobre zonas de amortecimento e áreas tradicionais	Redução de áreas de uso, perda de fauna e flora
Desmatamento	Supressão de vegetação nativa, especialmente no MATOPIBA	Fragmentação de habitats, perda de recursos naturais
Mineração	Requerimentos minerários sobrepostos a TIs, exploração de recursos	Degradação ambiental, contaminação da água, perda de áreas culturais
Conflitos fundiários	Sobreposição de CAR e invasões	Insegurança territorial, disputas e violência
Agrotóxicos	Pulverização aérea e uso intensivo próximo a aldeias	Contaminação de água, solo e alimentos, impactos à saúde
Mudanças climáticas	Alterações no regime de chuvas e aumento de secas	Redução da disponibilidade hídrica, prejuízos à agricultura tradicional

Estudos de caso de desmatamento

Diante do cenário apresentado, o Diagnóstico selecionou três territórios para uma análise do desmatamento entre 2002 e 2024, tais estudos revelam padrões diferenciados de pressão territorial, refletindo a combinação entre expansão agropecuária, políticas públicas e dinâmica socioambiental local. Enquanto algumas TIs apresentam desmatamento relativamente contido, outras enfrentam impactos intensos, tanto no interior quanto em seus entornos imediatos, mostrando a importância das políticas de proteção territorial e da governança indígena para conter a degradação ambiental.

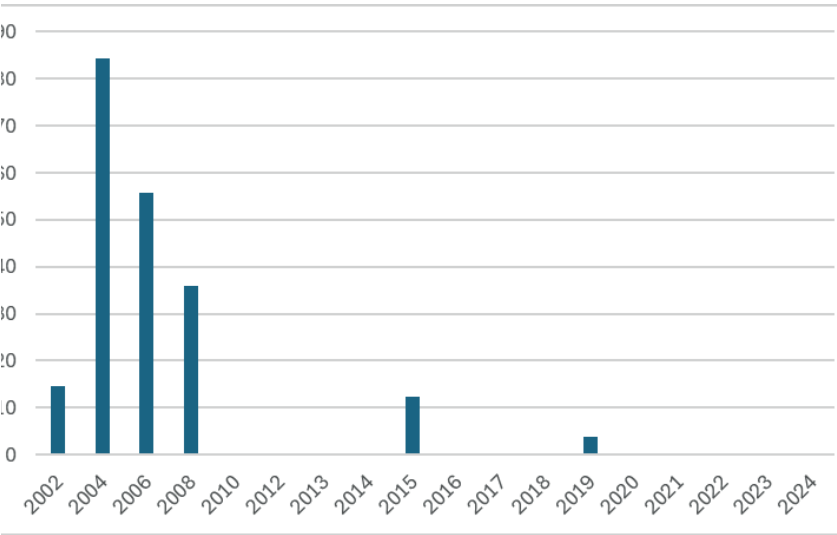
Terra Indígena Avá-Canoeiro

A TI Avá-Canoeiro, localizada em Goiás, com cerca de 38 mil hectares, abriga uma população extremamente reduzida, entre 8 e 11 pessoas. Apesar da homologação recente, a área apresenta desmatamento interno muito baixo, com registros residuais desde 2010, contrastando com o entorno, onde a expansão agrícola é intensa. A pressão fundiária se evidencia na presença de 252 CARs incidentes no interior da TI e 6.286 no entorno imediato (buffer de 10 km).



Distribuição espacial do desmatamento na TI Avá-Canoeiro e em seu entorno (2002–2024). O mapa evidencia a distribuição espacial dos desmatamentos registrados entre 2002 e 2024 no interior da Terra Indígena Avá-Canoeiro e em seu entorno imediato, delimitado por um buffer de 10 km. A comparação entre as áreas permite visualizar a forte concentração de desmatamento na borda externa do território — com um total acumulado de 15.418 km² — em contraste com os valores significativamente mais baixos registrados no interior da TI, onde o desmatamento somou 206 km² no mesmo período.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do PRODES/Cerrado (INPE), 2024.

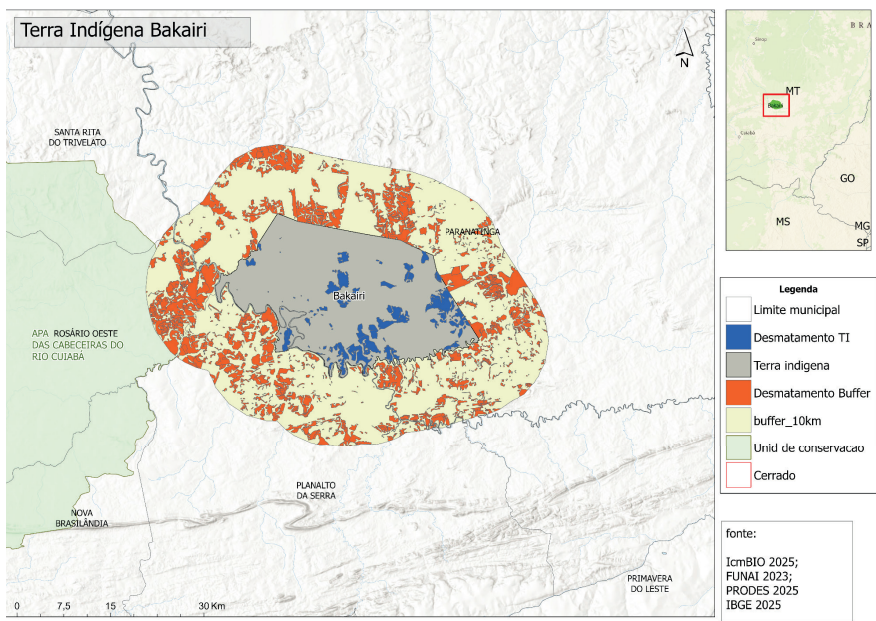


Dados de desmatamento na Terra Indígena Avá-Canoeiro entre 2002 e 2024. Observa-se que a última detecção de desmatamento no interior da TI ocorreu em 2019, segundo os dados do PRODES/Cerrado.

Fonte: PRODES/Cerrado (INPE), 2024.

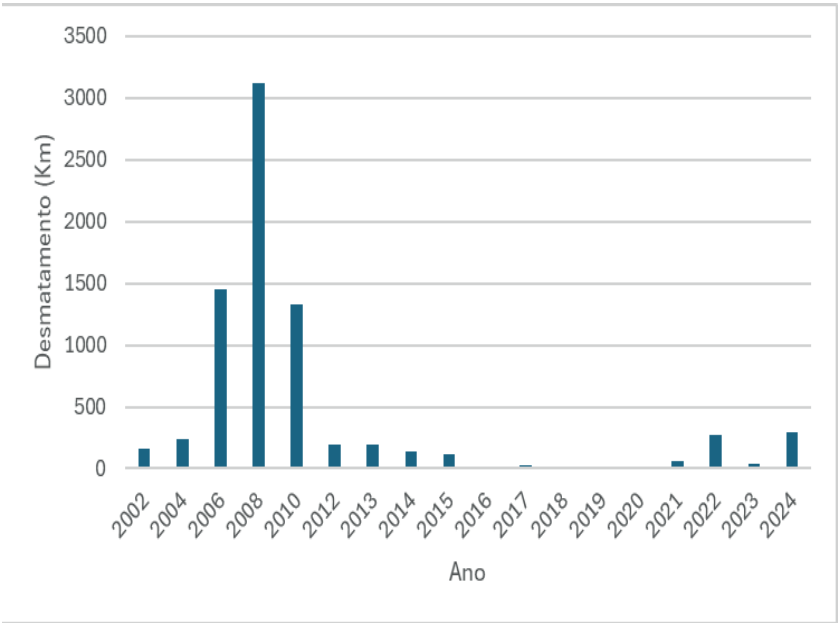
Terra Indígena Bakairi

Localizada em Mato Grosso, abrangendo 61 mil hectares, a TI Bakairi é habitada por aproximadamente mil pessoas. A região sofreu forte pressão da fronteira agropecuária, especialmente até 2008, com desmatamento interno acumulado de 7.672 km² e 42.616 km² no entorno de 10 km. Embora a TI não apresente CARs sobrepostos, o entorno está dominado por grandes propriedades rurais, representando risco indireto à integridade ambiental e territorial. A comunidade desenvolve estratégias de manejo sustentável, como cultivos comerciais de arroz, milho e feijão, visando conciliar proteção ambiental e segurança alimentar.



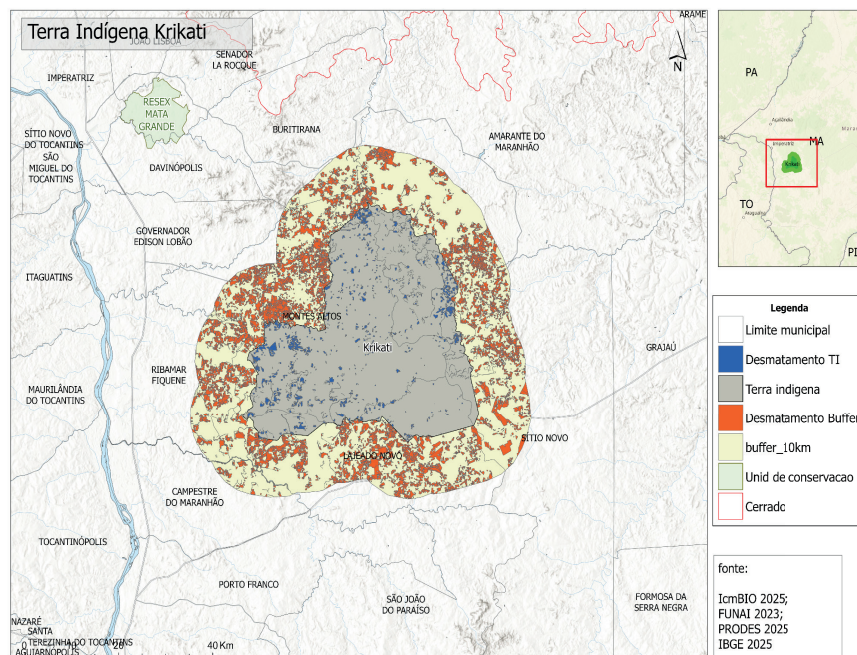
Distribuição espacial do desmatamento na TI Bakairi e em seu entorno (2002–2024). O mapa evidencia a distribuição espacial dos desmatamentos registrados entre 2002 e 2024 no interior da Terra Indígena Bakairi e em seu entorno imediato, delimitado por um buffer de 10 km. A comparação entre as áreas permite visualizar a forte concentração de desmatamento nas bordas externas do território — com um total acumulado de 42.616 km² — em contraste com os valores significativamente mais baixos registrados no interior da TI, onde o desmatamento somou 7.672 km² no mesmo período. Fonte: PRODES/Cerrado (INPE), 2024.

Dados de desmatamento na Terra Indígena Bakairi entre 2002 e 2024. O gráfico ilustra a evolução do desmatamento no interior da TI Bakairi ao longo do período analisado. Observa-se um pico expressivo em 2008, seguido de novo aumento em 2010. Entre 2012 e 2015, os níveis mantiveram-se relativamente estáveis e contínuos, embora em menor escala. A partir de 2022, identifica-se uma tendência de retomada do desmatamento, com aumento nos anos de 2023 e 2024. Fonte: PRODES/Cerrado (INPE), 2024.

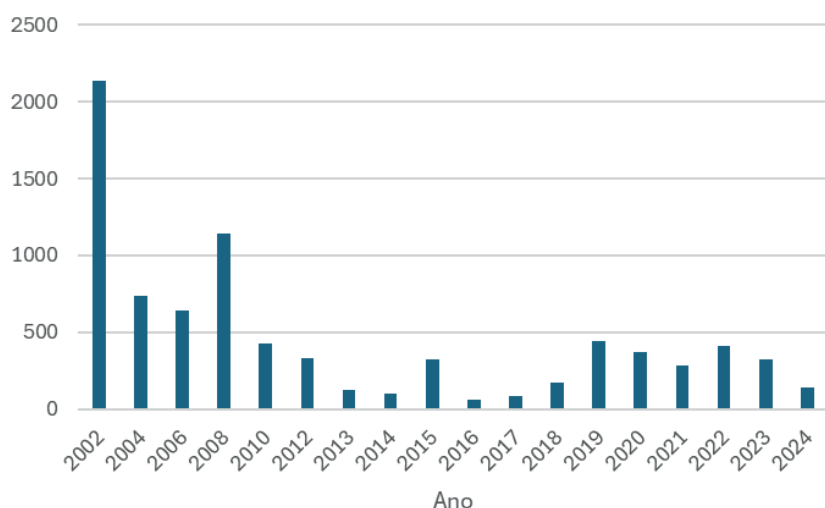


Terra Indígena Krikati

A TI Krikati, no Maranhão, com 144.776 hectares, abriga cerca de 1.670 pessoas do povo Krikati. O território enfrenta forte pressão do agronegócio, com desmatamento interno de 8.288 km² e 67.997 km² no entorno imediato. Conflitos fundiários persistem, evidenciados por 277 CARs sobrepostos, e o uso do fogo como instrumento agropecuário intensifica a degradação ambiental. O histórico de desmatamento apresenta três fases: intensificação inicial, relativa estabilização e retomada recente, destacando a vulnerabilidade do território diante da instabilidade institucional e da expansão da fronteira agrícola. Destaca-se a falta de conclusão do processo de regularização fundiária desta TI. Até o momento, mais de 200 ocupantes não indígenas estão presentes no território e disputas jurídicas impedem que a TI esteja plenamente sob a posse dos indígenas. O desmatamento interno, impulsionado nos últimos anos, é consequência dessa necessidade de desintrusão dos não indígenas.



Distribuição espacial do desmatamento na TI Krikati e em seu entorno (2002–2024). O mapa evidencia a distribuição espacial dos desmatamentos registrados entre 2002 e 2024 no interior da Terra Indígena Krikati e em seu entorno imediato, delimitado por um buffer de 10 km. A comparação entre as áreas permite visualizar a forte concentração de desmatamento nas bordas externas do território — com um total acumulado de 67.997 km² — em contraste com os valores significativamente mais baixos registrados no interior da TI, onde o desmatamento somou 8.288 km² no mesmo período. Fonte: PRODES/Cerrado (INPE), 2024.



Dados de desmatamento na Terra Indígena Krikati entre 2002 e 2024. O gráfico ilustra a evolução do desmatamento no interior da TI Krikati ao longo do período analisado. Observa-se um pico expressivo em 2002, seguido de novo aumento em 2008. Entre 2010 e 2021, os níveis mantiveram-se relativamente estáveis e contínuos, embora em menor escala. A partir de 2022, identifica-se uma tendência de retomada do desmatamento, com crescimento em 2023 e desaceleração em 2024. Fonte: PRODES/Cerrado (INPE), 2024

A comparação entre as três Terras Indígenas evidencia que, embora a proteção legal das TIs funcione como barreira relativa ao desmatamento, sua efetividade depende de políticas públicas consistentes, fiscalização ativa e fortalecimento da governança indígena. Os contrastes observados refletem tanto as diferenças demográficas e históricas das comunidades quanto a intensidade da pressão agropecuária em cada região. A preservação desses territórios exige, portanto, ações coordenadas entre Estado, sociedade civil e comunidades indígenas para assegurar a integridade ambiental, cultural e territorial no Cerrado.



EMARCAÇÃO J
AVANTE exige a **DEMAR**
seus territórios ancestr

Tendências futuras e a resposta indígena

As projeções sobre o futuro do Cerrado indicam um cenário preocupante. O avanço da fronteira agropecuária tende a se intensificar nos próximos anos, especialmente sobre áreas ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais. A região do MATOPIBA, o oeste da Bahia, o norte de Minas Gerais e o nordeste de Mato Grosso estão entre as áreas mais visadas para novos ciclos de expansão, como mostram os estudos geoespaciais recentes sobre uso e cobertura da terra no bioma (Agrosatélite, 2021, p. 18).

A continuidade desse modelo — baseado em monoculturas para exportação, uso intensivo de insumos químicos e concentração fundiária — ameaça agravar ainda mais a crise climática e territorial. Os impactos previstos incluem maior fragmentação dos ecossistemas, perda de biodiversidade, escassez hídrica e aumento das temperaturas médias, afetando diretamente os modos de vida dos povos indígenas (Embrapa, 2020, p. 14-16).

No entanto, os povos indígenas do Cerrado não estão passivos diante dessa realidade. Em diversas regiões, comunidades vêm se organizando para resistir à invasão de seus territórios, denunciar violações e fortalecer suas estratégias de retomada e autodemarcação. São ações que articulam conhecimentos tradicionais, alianças políticas e mobilização jurídica e internacional. Como aponta Cassenote (2023, p. 4), essas formas de resistência territorial têm sido fundamentais para conter o desmatamento e manter áreas inteiras de vegetação nativa em pé.

Apesar das dificuldades, as populações indígenas continuam ocupando espaços de incidência política, apresentando propostas de políticas públicas e cobrando o cumprimento de direitos constitucionais. Em fóruns internacionais, também denunciam os impactos das exportações e a convivência dos sistemas de certificação com cadeias produtivas que violam seus territórios. Essas denúncias são acompanhadas de propostas concretas, como a inclusão dos povos indígenas e tradicionais nas políticas climáticas, o fortalecimento de sistemas próprios de governança territorial e o reconhecimento da centralidade dos territórios indígenas na agenda ambiental brasileira.

Além da resistência interna, lideranças indígenas do Cerrado vêm buscando apoio internacional para garantir sua segurança e a efetivação de seus direitos. Segundo relatório da Amnesty International (2023, p. 9-10), é fundamental que mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos acompanhem de forma mais próxima a situação dos defensores indígenas no Brasil, especialmente em áreas pressionadas por megaprojetos e pelo avanço da agropecuária. A organização alerta que a impunidade e a falta de respostas efetivas do Estado brasileiro colocam essas lideranças em situação extrema de risco, exigindo medidas urgentes de proteção e monitoramento internacional.

Diante dos resultados apresentados, dos impactos socioambientais identificados e da urgência imposta pela crise climática e pela intensificação da ocupação do Cerrado, organizam-se as recomendações a seguir:

1. Demarcar e proteger os territórios indígenas do Cerrado

A demarcação e proteção efetiva das Terras Indígenas devem ser prioridades absolutas para garantir justiça climática e territorial. A demora favorece grilagem, invasões e destruição de modos de vida. Deve-se concluir os processos paralisados em todas as instâncias do Poder Executivo Federal (FUNAI, Ministério da Justiça e Casa Civil) e apoiar iniciativas de autodemarcação e monitoramento comunitário.

2. Combater o avanço descontrolado da fronteira agropecuária

É urgente estabelecer limites à expansão da agropecuária nos estados do MATOPIBA, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Isso requer aplicação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e instrumentos indígenas de gestão como PGTAS, Protocolos, Planos de vida, revogação de autorizações em zonas sensíveis e suspensão de registros no CAR sobrepostos a Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

3. Estimular a agroecologia e a produção local com justiça territorial

Políticas públicas devem valorizar as práticas agroecológicas realizadas por povos indígenas, quilombolas, geraizeiros e camponeses. Isso inclui acesso a crédito, assistência técnica, mercados locais e retomada de programas como o Planapo e o PAA Indígena, respeitando a diversidade socioterritorial do Cerrado.

4. Reconhecer o papel dos territórios indígenas e tradicionais na conservação do Cerrado

Estudos indicam que as áreas protegidas por povos indígenas apresentam os menores índices de desmatamento e degradação. Tais territórios devem ser considerados prioritários em políticas de conservação, adaptação climática e segurança hídrica nacional.

5. Reduzir o uso de agrotóxicos e proibir a pulverização aérea perto de comunidades

A exposição de povos indígenas e comunidades tradicionais a agrotóxicos é uma violação grave de direitos humanos. A pulverização aérea deve ser proibida em áreas próximas a escolas, aldeias, roçados e fontes de água, com delimitação baseada em estudos epidemiológicos. Deve-se também fortalecer a transição agroecológica, considerando propostas como o PL 6670/2016 e recomendações da Fiocruz.

6. Ampliar o monitoramento ambiental e territorial com participação comunitária

Sistemas de monitoramento de desmatamento, queimadas, uso da água e aplicação de agrotóxicos devem incorporar a atuação direta de povos e comunidades. Exemplos como o Alerta Clima Indígena, o Sirad-X e os sistemas participativos da Rede Cerrado demonstram caminhos eficazes para isso.

7. Criar mecanismos de escuta e participação indígena nas políticas climáticas

A formulação de políticas de mitigação e adaptação climática deve incluir a presença direta dos povos indígenas, com assentos permanentes em espaços como o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima e os planos estaduais. Deve-se garantir também a consulta prévia (Convenção 169 da OIT) e o apoio institucional às iniciativas indígenas de gestão ambiental.

8. Enfrentar a morosidade e a seletividade do sistema de justiça

É necessário garantir celeridade e imparcialidade nos processos judiciais que envolvam direitos indígenas. Isso inclui responsabilização de agentes omissos, fim da criminalização de lideranças e apoio jurídico às comunidades em retomadas. Sugere-se a criação de promotorias e defensorias especializadas em direitos territoriais.

9. Rejeitar projetos legislativos que fragilizam o controle ambiental

Projetos de lei como o PL n.º 2.159/2021, que flexibilizam o licenciamento ambiental, representam riscos diretos aos territórios e à biodiversidade do Cerrado. É essencial rejeitar essas propostas e exigir que qualquer alteração legislativa com impacto ecológico ou territorial passe por consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção 169 da OIT.

10. Fortalecer o controle sobre exportações de commodities ligadas ao desmatamento

O Brasil precisa alinhar-se às exigências internacionais de rastreabilidade e responsabilidade socioambiental. Cadeias de carne, soja e minério de ferro que atuam no Cerrado devem ser submetidas a controle rigoroso, com responsabilização de empresas que operem sobre territórios tradicionais ou áreas desmatadas ilegalmente.

11. Garantir que os acordos internacionais incluam salvaguardas sociais e territoriais

Políticas comerciais e ambientais com a União Europeia, China e outros blocos devem conter salvaguardas robustas, com rastreabilidade plena, consulta prévia obrigatória e respeito a tratados internacionais como a Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

12. Fortalecer as organizações indígenas e suas mobilizações

É fundamental apoiar e reconhecer o protagonismo das organizações indígenas, que têm atuado de forma decisiva na defesa de seus territórios e direitos. Mobilizações como a MOPIC são exemplos de articulação coletiva que dão visibilidade às demandas dos povos indígenas e pressionam o Estado e a sociedade a respeitar seus direitos. O fortalecimento dessas iniciativas amplia a capacidade de incidência política, promove a autonomia das comunidades e contribui para a construção de alternativas sustentáveis frente ao modelo vigente.

13. Garantir disponibilidade hídrica e água de qualidade para o consumo comunitário

É Fundamental assegurar a disponibilidade hídrica e a qualidade da água para o consumo comunitário nos territórios indígenas, por meio da implementação de ações estruturadas de proteção e recuperação ambiental, incluindo a restauração de nascentes e margens de córregos e rios que abastecem esses territórios (incluindo nascentes localizadas fora de TI, cujos cursos d'água deságuam em seu interior). Também é necessário fortalecer os mecanismos de monitoramento e fiscalização de outorgas de uso da água concedidas a fazendas e empreendimentos, de forma a prevenir impactos negativos sobre a segurança hídrica das comunidades.



Referências

Centro de Trabalho Indigenista (CTI) – Base georreferenciada de Terras Indígenas no Cerrado, incluindo dados sobre povos, localização, incidência no bioma e situação fundiária.

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) – Informações oficiais sobre processos administrativos de reconhecimento, demarcação e regularização de Terras Indígenas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Mapas de biomas e divisões político-administrativas do Brasil.

MapBiomas – Dados sobre cobertura e uso da terra para identificação de áreas de Cerrado contínuo, transição e manchas.

Notas técnicas do CTI – Registros complementares sobre o processo de elaboração do diagnóstico, oficinas e participação de povos e organizações.



APOIO



Governos Estaduais:
Goiás, Maranhão,
Mato Grosso e Minas Gerais



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

